

Ilha do Bananal

Desocupação do Parque Indígena do Araguaia pode estar próxima

As atividades agropecuárias de 210 fazendeiros na Ilha do Bananal podem estar com os dias contados. O Ministério Público no Tocantins ajuizou no dia 28 de julho uma ação civil pública junto à Vara da Seção Judiciária daquele estado, com pedido de liminar, para a retirada dos pecuaristas e para a extrusão do gado do Parque Indígena do Araguaia. Com medida liminar de antecipação de tutela específica, o ministério, em ação anterior, já conseguiu retirar dois fazendeiros do mesmo Parque. A presença dos pecuaristas na Ilha se dá exclusivamente no Parque Indígena, já tendo sido desocupado todo o Parque Nacional que neste momento está tendo o seu Plano de Manejo sendo preparado como parte do processo de implantação desta unidade de conservação. Os recursos para a implantação do parque são oriundos de compensação ambiental, em compromisso firmado com os construtores da Hidrelétrica de Lajeado, há aproximadamente um mês. Cerca de R\$ 1,7 milhão. Neste mês, a assinatura de um termo de cooperação entre o Ministério Público Federal, o estado de Tocantins e a Infraero, responsável pela construção do aeroporto de Palmas, também assegura benefícios para os indígenas da Ilha. As comunidades das aldeias Macaúba e Boto Velho, únicas dentro do Parque Nacional, deverão ser atendidas com a criação de programas de auto-sustentabilidade. Para isso, há cerca de R\$ 300 mil. Nesta área, há atividades agropecuárias, como, por exemplo, a piscicultura, sendo desenvolvidas pelos indígenas de forma predatória. De acordo com o procurador da República em Tocantins, Mário Lúcio de Avelar, todas essas ações trazem a expectativa de um novo e melhor futuro para os habitantes tradicionais da Ilha do Bananal.

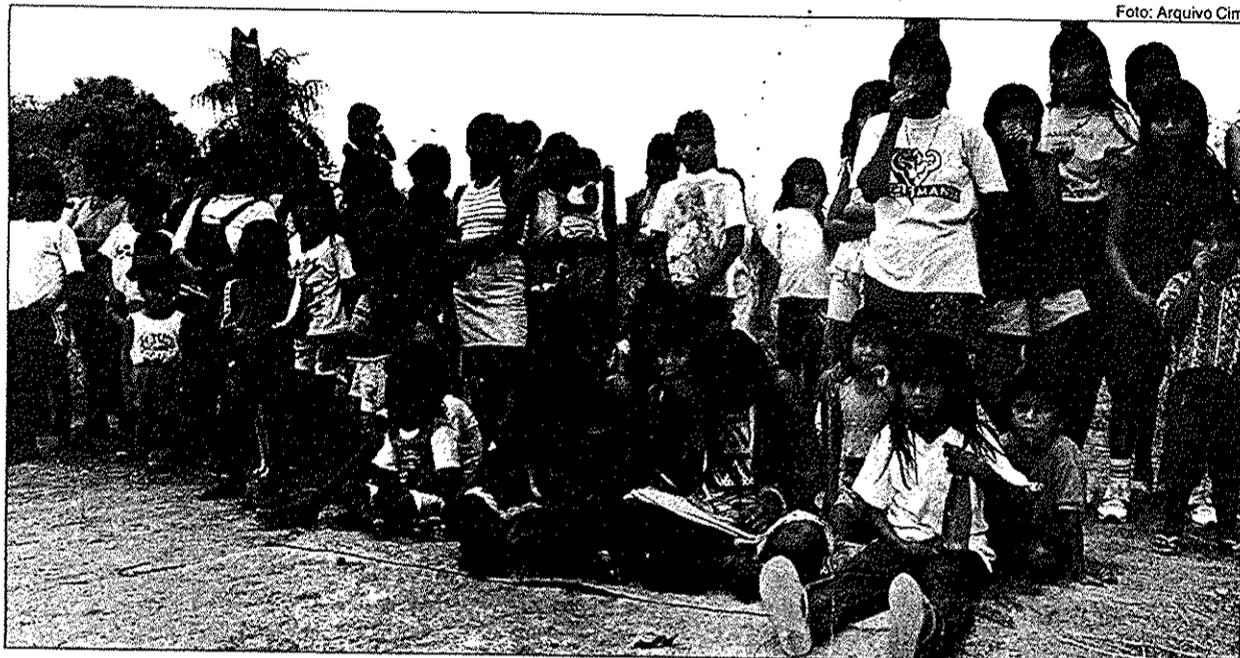


Foto: Arquivo Cimi

Povos da ilha vivem expectativa da retirada de invasores

— **Noeci Carvalho Messias***

A retirada dos criadores de gado da ilha vinha sendo pedida exaustivamente pelas lideranças indígenas, mais recentemente durante reunião com representantes da Funai de Tocantins, Mato Grosso e DF, representantes do Ministério Público e o Cimi, na Barreira do Jaraguá, margens do rio Javaé, em junho passado. Na ocasião, os indígenas disseram já estar cansados de tanto esperar pelo término da desintrusão do Parque Indígena do Araguaia e exigiram, além da desocupação, a manutenção das barreiras de fiscalização e vigilância com participação dos próprios índios.

Habitada tradicionalmente pelos povos Karajá e Javaé, a Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo, começou

a ser invadida por não indígenas a partir da década de 30, por possuir uma vegetação exuberante, rica em pastagens naturais. Os invasores são, na maioria, fazendeiros criadores de gado. O fluxo de novos moradores para o interior da ilha se intensificou nas décadas de 70 e 80, em razão da política de apoio à criação de gado na região, através dos incentivos fiscais da Sudam, do Banco da Amazônia S/A e do Programa Polamazônia.

As conseqüências foram graves para os índios que tiveram seu território reduzido e aldeias inteiras dizimadas pelas doenças que chegaram com os invasores. Um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), composto por organismos não governamentais e outros oficiais, foi criado em 1991 com a finalidade de estudar, discutir e propor medidas para a re-

tirada dos moradores não indígenas do Parque Indígena do Araguaia. Entre essas medidas foram estabelecidas: a realização de levantamento fundiário para caracterizar os ocupantes de boa ou má-fé; indenização de todas as benfeitorias de boa-fé; reassentamento das famílias em terras fora da ilha; e implantação de barreiras de fiscalização e vigilância para coibir práticas predatórias, a entrada de novos invasores e impedir o retorno do rebanho bovino.

Esse processo lento e gradual foi paralisado no segundo semestre do ano passado. Com o sucateamento da Funai, foram suspensos os pagamentos de indenização aos moradores não indígenas e paralisados os trabalhos de vigilância e fiscalização.

— **Equipe Cimi Gurupi*

Povos dizem não ao paternalismo

Durante o encontro na Barreira do Jaraguá, os povos indígenas falaram das graves conseqüências da política paternalista do governo que durante anos os afastou do seu modo de vida, como no depoimento do líder Daniel Coxini Karajá, da aldeia Fontoura:

Antes nós não precisava de dinheiro de fazendeiro, de arrendamento, nós não precisava de dinheiro da Funai, nós não dependia de dinheiro da Funai. Meus pais só viviam trabalhando com a terra, pois isso é que é mais importante esse assunto. É só terra, locali-

zação nossa. Então, o que é que acontece? Tendo terra, dá pra plantar, dá pra fazer projeto agrícola, dá pra fazer piscicultura, dá pra fazer tudo isso que vocês estão falando. Dá pra fazer tudo. Então, o que é que vai acontecer? Aconteceu desse tempo prá cá, que nós ficamos acostumados de recursos da gente receber da Funai, nós estamos acostumados de receber arrendamento de gado. [...] A gente tem que trabalhar. Trabalhar, entendeu? Agora, tem que dar condições, dar condições ao índio pra poder nós trabalhar. Porque eu sou

meio vergonhoso. Muitas vezes a gente fala com o governo, a gente pede as coisas, dinheiro mesmo. Ah, me dá dinheiro, me dá coisas, me dá não sei o quê. Isso quer dizer paternalismo. Eu acho a única peste que teve tanto o índio, tanto o branco, o não índio, é ficar muito dependente. Então, de ano prá cá, nós começamos ter as coisas. Nós começamos plantar. É o que eu chamo de resgate cultural nosso. Resgate cultural nosso: plantar mandioca, plantar batata, as coisas que a gente comia antes, cana, tudo. Agora, nós tá dependen-

do só do dinheiro do gado? Dinheiro que a Funai dá? Não. Quando Funai tinha dinheiro, tinha trator, tinha caminhão, tinha recurso, plantava tudinho e o índio ficava lá só olhando. Isso que estragou nós, invés de profissionalizar o índio, de dar estudo ao índio, estragaram. Isso chama paternalismo. Por isso, hoje, o índio de 20, 30 anos não sabe trabalhar. Quem é culpado disso? Nós índio? Não. Foi a sociedade. Hoje você vê o resultado. Então, eu acho que primeiro tem que limpar a Ilha do Bananal. [...]”

(N.C.M.)